

Coordenação Pedagógica OAB – Dezembro de 2017

Diretoria Pedagógica - Prof. Darlan Barroso

FUNDAMENTOS PARA RECURSOS - 1ª FASE DO XXIV EXAME UNIFICADO OAB/FGV

Orientações de interposição do recurso

- ✓ O prazo para a interposição dos recursos será das 12h00 do dia 05/12 às 12h00 do dia 08/12(horário de Brasília)
- ✓ O recurso deverá ser interposto por meio eletrônico, no site da FGV, com uso da senha de acesso pessoal.
- ✓ O recurso será interposto por questão objetiva, limitado a até 5.000 caracteres cada um.
- ✓ **Ao elaborar o recurso o candidato não poderá criar nenhum dado de identificação, sob pena de ser liminarmente indeferido.**
- ✓ Ao redigir os argumentos, mesmo utilizando os fundamentos disponibilizados pela Coordenação, redija o texto com suas palavras, evitando padronização ou modelos.
- ✓ No texto, tenha clareza e objetividade, requerendo ao final de cada item a “anulação da questão com o deferimento da pontuação respectiva”.
- ✓ O recurso poderá ser:
 - a) contra gabarito – neste caso para atacar o conteúdo da questão (fundamentos para anulação) e/ou;
 - b) contra a correção/erro material – para que o candidato alegue vício na leitura do cartão de resposta.

Importante: no caso de anulação de questão da prova objetiva, a pontuação correspondente será atribuída a todos os examinandos indistintamente, inclusive aos que não tenham interposto recurso.

Caso o candidato tenha acertado a questão e, conseqüentemente, já tenha ocorrido o cômputo da nota, não haverá a atribuição de nova pontuação em caso de anulação.

A equipe de professores OAB do Complexo Damásio de Jesus analisou todas as questões da prova, bem como aquelas comentadas nas redes sociais como passíveis de recursos e, deliberou pela fundamentação e pedido de anulação das questões seguintes (**tipo azul - 4**):

- **Direito Administrativo – Questão nº 31**
- **Direito Penal – Questão nº 62**

Correspondência de questões:

Disciplina	1 Branca	2 Verde	3 Amarela	4 Azul
Direito Administrativo	32	27	28	31
Direito Penal	62	58	63	62

Damásio Educacional

Razões de recurso – 1ª Fase XXIV Exame Unificado

FUNDAMENTOS

Para os fundamentos, observe o número da questão e a respectiva prova (utilizada prova **TIPO AZUL- 4**) faça a correspondência com a sua prova.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Professora Flávia Cristina

Questão 31

Um Estado da Federação lançou um grande programa de concessões como forma de fomentar investimentos, diante das dificuldades financeiras por que vem passando. Por meio desse programa, ele pretende executar obras de interesse da população e ceder espaços públicos para a gestão da iniciativa privada. Como parte desse programa, lançou edital para restaurar um complexo esportivo com estádio de futebol, ginásio de esportes, parque aquático e quadras poliesportivas.

Diante da situação acima, assinale a afirmativa correta.

- A) O Estado pode optar por celebrar uma parceria público-privada na modalidade de concessão patrocinada, desde que o contrato tenha valor igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) e que as receitas decorrentes da exploração dos serviços não sejam suficientes para remunerar o particular.
- B) A constituição de sociedade de propósito específico - SPE, sociedade empresária dotada de personalidade jurídica e incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria, deve ocorrer após a celebração de um contrato de PPP.
- C) O contrato deverá prever o pagamento de remuneração fixa vinculada ao desempenho do parceiro privado, segundo metas e padrões de qualidade e disponibilidade nele definidos.
- D) A contraprestação do Estado deverá ser obrigatoriamente precedida da disponibilização do serviço que é objeto do contrato de parceria público-privada; dessa forma, não é possível o pagamento de contraprestação relativa à parcela fruível do serviço contratado.

Fundamentos recursais

A questão trata de Parceria Público Privada, prevista na Lei 11079/04. O enunciado se refere à execução de obras, e o art. 2o, par 4o, III da lei referida expressamente veda a realização de PPP quando o objeto único do contrato for a execução de obra. Portanto, embora o gabarito oficial aponte a alternativa A, não existe uma alternativa correta a ser assinalada e, conseqüentemente, a questão deve ser anulada.

DIREITO Penal

Professor Gustavo Junqueira

Questão 62

No dia 28 de agosto de 2011, após uma discussão no trabalho quando todos comemoravam os 20 anos de João, este desferiu uma facada no braço de Paulo, que fica revoltado e liga para a Polícia, sendo João preso em flagrante pela prática do injusto de homicídio tentado, obtendo liberdade provisória logo em seguida. O laudo de exame de delito constatou a existência de lesão leve. A denúncia foi oferecida em 23 de agosto de 2013 e recebida pelo juiz em 28 de agosto de 2013. Finda a primeira fase do procedimento do Tribunal do Júri, ocasião em que a vítima compareceu, confirmou os fatos, inclusive dizendo acreditar que a intenção do agente era efetivamente matá-la, e demonstrou todo seu inconformismo com a conduta do réu, João foi pronunciado, sendo a decisão publicada em 23 de agosto de 2015, não havendo impugnação pelas partes. Submetido a julgamento em sessão plenária em 18 de julho de 2017, os jurados afastaram a intenção de matar, ocorrendo em sentença, então, a desclassificação para o crime de lesão corporal simples, que tem a pena máxima prevista de 01 ano, sendo certo que o Código Penal prevê que a pena de 01 a 02 anos prescreve em 04 anos.

Na ocasião, você, como advogado (a) de João, considerando apenas as informações narradas, deverá requerer que seja declarada a extinção da punibilidade pela

A) decadência, por ausência de representação da vítima.

B) prescrição da pretensão punitiva, porque já foi ultrapassado o prazo prescricional entre a data do fato e a do recebimento da denúncia.

C) (prescrição da pretensão punitiva, porque já foi ultrapassado o prazo prescricional entre a data do oferecimento da denúncia e a da publicação da decisão de pronúncia.

D) prescrição da pretensão punitiva, porque entre a data do recebimento da denúncia e a do julgamento pelo júri decorreu o prazo prescricional.

Fundamentos recursais

1º Argumento

A questão merece ser anulada pois não informa sobre o trânsito em julgado da decisão para o Ministério Público, o que impossibilita a conclusão sobre a ocorrência da prescrição. Apenas como trânsito em julgado é que a defesa teria certeza sobre a ocorrência do prazo suficiente para o reconhecimento da prescrição.

2º Argumento

Se o objetivo do examinador era buscar alegações plausíveis da defesa sobre a extinção da punibilidade, a alternativa "A" também deveria ser aceita, porque trata da decadência e se a infração foi desclassificada para lesão corporal simples, a ação seria pública condicionada a representação e não deveria considerar uma mera ligação para a polícia como suficiente a preencher o requisito da representação.